

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.423 - PA (2020/0078382-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : PAULO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : RONALDO FERREIRA MARINHO - PA018225
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por PAULO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - HC n. 0810523-13.2019.8.14.0000.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 20 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos delitos previstos nos arts. 157, § 3º, do Código Penal, e 244-B da Lei n. 8.069/1990.

No recurso, alega o recorrente a ausência de fundamentação suficiente a justificar a manutenção da sua prisão cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento da insurgência para que seja revogada a prisão preventiva do recorrente ou a aplicação de medidas alternativas à segregação.

É o relatório.

Em consulta ao sistema processual deste Sodalício, verifica-se que, perante esta Corte, foi impetrado, anteriormente, em favor do recorrente o HC n. 567.345/PA, impugnando o mesmo acórdão aqui combatido e sob os mesmos argumentos ora levantados.

Constata-se, portanto, que o pedido constitui-se em mera reiteração daquele formulado no referido *mandamus*, fato que se consubstancia em óbice ao conhecimento do presente reclamo.

Nesse vértice:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Verificada a identidade de partes e de pedido, não se conhece de recurso ordinário que reitera controvérsia sobre ilicitude de provas já dirimida por este Superior Tribunal.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no RHC 75.485/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **não se conhece** do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator